



A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NAS ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: DESAFIOS NA ATUALIDADE

THE EDUCATION OF PEOPLE WITH HEARING IMPAIRMENTS IN BRAZILIAN PUBLIC SCHOOLS: CURRENT CHALLENGES

DOI: 10.5281/zenodo.19377524



Silma Lemes Mendonça Faria¹

RESUMO

Este artigo analisa os desafios atuais enfrentados na educação de pessoas com deficiência auditiva nas escolas públicas brasileiras. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseou-se em revisão bibliográfica e documental, considerando legislações, políticas públicas e experiências exitosas no campo da inclusão. Apesar de o Brasil contar com um arcabouço legal consistente, como a Constituição Federal de 1988, a LDB (Lei nº 9.394/1996), a Lei de Libras (Lei nº 10.436/2002) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), a realidade escolar ainda apresenta lacunas significativas. Entre os principais obstáculos destacam-se a formação insuficiente dos professores, a escassez de intérpretes de Libras e recursos pedagógicos bilíngues, além das barreiras estruturais e tecnológicas que dificultam a acessibilidade. Também são evidentes os desafios socioculturais, como a invisibilidade da cultura surda e preconceitos persistentes no ambiente escolar. Por outro lado, iniciativas bem-sucedidas, como escolas bilíngues e programas de formação docente, demonstram a viabilidade de práticas inclusivas transformadoras. Conclui-se que a superação dessas dificuldades exige articulação entre Estado, escolas, famílias e comunidade surda, bem como investimentos contínuos em políticas públicas, tecnologias assistivas e valorização da diversidade. Assim, a inclusão plena de estudantes surdos depende do compromisso coletivo em garantir uma educação equitativa e humanizadora.

Palavras-chave: educação inclusiva; deficiência auditiva; políticas públicas; escolas públicas.

¹ Especialista em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e Gestão Escolar (GRAN FACULDADE). Especialista em Orientação e Inspeção Escolar (FAFICH/GO). Especialista em Direito Civil (UNIDERP) e Direito Constitucional (GRAN FACULDADE). Licenciada em Pedagogia (FAFICH/GO) com segunda graduação em Direito (UNIRG/TO). E-mail: silmalmf@gmail.com





ABSTRACT

This article analyzes the current challenges faced in the education of people with hearing impairments in Brazilian public schools. The research, with a qualitative approach, is based on bibliographic and documentary review, considering legislation, public policies, and successful experiences in the field of inclusion. Although Brazil has a consistent legal framework — such as the Federal Constitution of 1988, the National Education Guidelines and Framework Law (Law nº 9.394/1996), the Libras Law (Law nº 10.436/2002), and the Brazilian Inclusion Law (Law nº 13.146/2015) — the school reality still shows significant gaps. The main obstacles include insufficient teacher training, shortage of Libras interpreters and bilingual pedagogical resources, as well as structural and technological barriers that hinder accessibility. Sociocultural challenges are also evident, such as the invisibility of Deaf culture and the persistence of prejudice in school contexts. On the other hand, successful initiatives, such as bilingual schools and teacher training programs, demonstrate the feasibility of transformative inclusive practices. The study concludes that overcoming these difficulties requires articulation among the State, schools, families, and the Deaf community, in addition to continuous investment in public policies, assistive technologies, and the appreciation of diversity. Thus, the full inclusion of Deaf students depends on a collective commitment to ensuring equitable and humanized education.

Keywords: inclusive education; hearing impairment; public policies; public schools.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil, sobretudo no que se refere às pessoas com deficiência auditiva, vem ganhando crescente atenção nas últimas décadas. Esse movimento é fruto de uma mudança de paradigma que busca superar a visão assistencialista e segregadora, promovendo o reconhecimento da diversidade humana como valor central do processo educacional. A promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), bem como a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, representam marcos consideráveis nesse percurso. Contudo, transformar o que está na legislação em práticas reais ainda constitui um grande desafio nas escolas públicas brasileiras.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), aproximadamente 10,7 milhões de brasileiros possuem algum grau de deficiência auditiva, sendo que cerca de 2,3 milhões apresentam deficiência severa. Essa parcela significativa da população enfrenta barreiras cotidianas no acesso à educação de qualidade, especialmente no sistema público de ensino.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.3 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





Nesse contexto, torna-se imprescindível analisar não apenas os aspectos técnicos da inclusão, mas também as dimensões pedagógicas, sociais e culturais que atravessam o cotidiano escolar. A educação inclusiva exige mudanças profundas na organização pedagógica, na formação docente, na infraestrutura escolar e, principalmente, na concepção que se tem sobre a diversidade humana. É necessário superar práticas discriminatórias e preconceituosas que, por muito tempo, afastaram pessoas com deficiência do convívio escolar.

Como afirma Mantoan (2003, p. 45): “a inclusão escolar desafia as instituições a romperem com modelos tradicionais e a reconhecerem que todos os alunos têm direito a aprender, independentemente de suas diferenças.” Atualmente, o desafio não é apenas incluir, mas garantir a permanência e o desenvolvimento pleno desses sujeitos dentro do espaço escolar.

A escola inclusiva é um lugar onde as diferenças são valorizadas, uma vez que estamos vivendo um momento de mudanças estruturais, no qual a preocupação se desloca das deficiências ou inaptações do indivíduo, para a valorização das suas potencialidades, oferecendo-lhe meios de desenvolvê-las ao máximo. No entanto, quando se trata da educação de pessoas com deficiência auditiva, os desafios são complexos e multifacetados, exigindo análise aprofundada e propostas de intervenção específicas.

A formulação e a implementação de políticas públicas voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência têm sido inspiradas por uma série de documentos contendo declarações, recomendações e normas jurídicas, produzidas por organizações internacionais e nacionais envolvidas com a temática da deficiência.

Nesse sentido, o presente artigo propõe-se a refletir sobre os principais desafios contemporâneos enfrentados na educação de estudantes com deficiência auditiva nas escolas públicas do país, considerando a importância da formação docente, da adaptação curricular, da acessibilidade comunicacional e da efetividade das políticas públicas voltadas para essa população. A intenção é contribuir para a construção de práticas mais justas, sensíveis e transformadoras, que reconheçam o direito de todos à educação de qualidade. A análise se baseia em pesquisa bibliográfica e documental, com enfoque nos estudos mais recentes sobre o tema.





METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como estudo teórico de abordagem qualitativa, desenvolvido a partir de investigação bibliográfica e documental, com o objetivo de compreender a inclusão escolar pela análise de práticas, percepções e experiências presentes no ambiente educacional. O método utilizado baseou-se na revisão de produções acadêmicas, legislações, artigos científicos e documentos oficiais que tratam do tema da inclusão escolar. Essa escolha possibilitou reunir diferentes perspectivas sobre o tema, identificar os principais avanços conquistados no âmbito legal e pedagógico, além de refletir sobre os desafios ainda enfrentados pelas escolas públicas brasileiras.

A análise dos dados foi realizada por meio de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2016), com categorização das informações em três eixos principais: formação de professores, recursos e tecnologias assistivas, e implementação de políticas públicas. A pesquisa bibliográfica, como destaca Gil (2017), permite o contato direto com materiais já elaborados, possibilitando ao pesquisador ampliar sua compreensão sobre o fenômeno estudado. No caso da inclusão escolar, essa metodologia revelou-se pertinente, pois o tema possui vasta produção acadêmica, que serve como suporte para a análise crítica desenvolvida ao longo deste trabalho.

Assim, a metodologia adotada não se limitou a apresentar conteúdos, mas buscou também interpretá-los de forma crítica, estabelecendo articulações entre os referenciais teóricos e a prática cotidiana da educação inclusiva.

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva no Brasil é resultado de um longo processo de avanços legais e sociais, voltados a garantir o direito de todos os estudantes ao acesso, permanência e aprendizado no sistema educacional, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, inte-





lectuais ou sociais. A legislação brasileira, aliada a instrumentos internacionais, construiu um arcabouço normativo que fundamenta práticas educacionais inclusivas em todo o país.

A Constituição Federal de 1988 representa o marco inicial do reconhecimento da educação como direito de todos. Em seu artigo 208, a Constituição Federal estabelece que a educação é dever do Estado e deve ser oferecida de forma igualitária, garantindo oportunidades sem discriminação. Esse princípio constitucional orienta todas as políticas públicas e práticas pedagógicas voltadas à inclusão, reafirmando que a diversidade deve ser respeitada e valorizada.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei nº 9.394/1996) consolidou a educação especial como parte integrante do sistema educacional, determinando que o atendimento educacional especializado deve ser oferecido, preferencialmente, na rede regular de ensino. Essa lei enfatiza a necessidade de adaptações curriculares, metodológicas e de infraestrutura, além de reconhecer a formação docente como elemento central para a efetivação da inclusão.

Com a promulgação da Lei nº 10.436/2002, de reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais, a LIBRAS foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, garantindo direitos linguísticos e culturais aos estudantes surdos. O Decreto nº 5.626/2005 regulamentou o ensino de LIBRAS e a formação de professores, fortalecendo a inclusão linguística e a valorização da diversidade na educação.

Em 2008 a ratificação da Convenção da ONU pelo Brasil reforçou a obrigação do Estado de promover a educação inclusiva em todos os níveis. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência estabelece que barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais devem ser eliminadas para garantir a participação plena de todas as pessoas na vida escolar e social.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) consolidou avanços significativos, determinando que todas as escolas devem oferecer recursos de acessibilidade, profissionais capacitados e estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades dos alunos. Entre suas diretrizes, destacam-se a eliminação de barreiras físicas e pedagógicas,





o acesso a tecnologias assistivas e a promoção de práticas que assegurem participação plena e efetiva na vida escolar.

Além das legislações, o Brasil implementou programas voltados à inclusão, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), adaptado para estudantes com deficiência; o Programa Caminho da Escola, garantindo transporte escolar acessível; e os Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), oferecendo suporte pedagógico e recursos especializados. Tais políticas públicas e programas complementares buscam transformar os princípios legais em ações concretas no cotidiano escolar.

Apesar do robusto arcabouço legal e das políticas existentes, estudos de Lacerda e Santos (2018) apontam um hiato significativo entre a legislação e sua efetivação nas escolas públicas. Barreiras físicas, escassez de professores especializados, falta de recursos assistivos e resistência cultural comprometem a efetivação do direito à educação inclusiva. Dados do Censo Escolar de 2022 indicam que apenas cerca de 45% das escolas públicas brasileiras possuem infraestrutura adequada para atender alunos com deficiência, evidenciando a necessidade de políticas públicas consistentes e acompanhamento contínuo.

Portanto, a legislação brasileira fornece uma base normativa sólida para a promoção da educação inclusiva, mas sua implementação efetiva requer compromisso do Estado, investimento em infraestrutura, capacitação docente e engajamento de toda a comunidade escolar. Quando aplicada de forma consistente, essa legislação contribui para a construção de escolas democráticas, equitativas e capazes de atender à diversidade, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades reais de aprendizagem e desenvolvimento integral.

DESAFIOS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A formação docente representa um dos principais obstáculos à efetivação de uma educação inclusiva de qualidade, especialmente no contexto brasileiro. Embora muitos professores recebam algum contato teórico sobre inclusão durante sua formação inicial, a transposição





desse conhecimento para a prática pedagógica cotidiana nem sempre ocorre de forma satisfatória.

Pesquisa realizada por Gotti (2020) em escolas públicas de cinco estados brasileiros revelou que apenas 12% dos professores se consideravam preparados para atender alunos surdos. Esse dado é particularmente revelador quando comparado ao fato de que 89% dos docentes afirmaram ter tido algum contato com a temática da inclusão em sua formação acadêmica. Essa discrepância evidencia que a abordagem teórica, muitas vezes superficial, não oferece condições suficientes para lidar com a diversidade presente nas salas de aula.

Além da formação docente, a adaptação curricular se configura como outro desafio significativo. Souza e colaboradores (2019) destacam que a maioria das escolas públicas ainda não implementa currículos bilíngues ou metodologias pedagógicas planejadas para alunos surdos.

Na prática, esses estudantes são frequentemente inseridos em turmas regulares sem as devidas adaptações metodológicas ou de conteúdo, o que compromete sua participação efetiva e a construção de aprendizagens significativas. A ausência de materiais didáticos específicos, aliados à escassez de intérpretes de Libras capacitados, cria um ambiente no qual o aluno surdo pode sentir-se desamparado e marginalizado, mesmo estando fisicamente presente na escola.

Outro ponto crítico refere-se à preparação continuada dos professores. Muitos docentes relatam dificuldade em aplicar estratégias pedagógicas inclusivas de maneira prática, seja por falta de experiência, seja por ausência de apoio institucional.

Em algumas escolas, iniciativas pontuais, como oficinas de Libras ou cursos de atualização sobre educação inclusiva, têm apresentado resultados positivos, permitindo que professores desenvolvam competências específicas e adotem abordagens mais sensíveis às necessidades individuais dos alunos. Entretanto, essas ações ainda são exceções, e não regra, em grande parte do sistema educacional brasileiro.

A falta de infraestrutura adequada também agrava os desafios da inclusão. Recursos como tecnologias assistivas, softwares educativos acessíveis e materiais adaptados para dife-





rentes formas de comunicação são limitados em muitas escolas públicas. Sem esses instrumentos, torna-se praticamente impossível atender às demandas de todos os estudantes, comprometendo a qualidade do ensino e a igualdade de oportunidades.

Portanto, os desafios enfrentados na prática pedagógica inclusiva são múltiplos e interconectados: envolvem não apenas a formação inicial dos professores, mas também a oferta de recursos didáticos apropriados, a capacitação continuada, a adaptação curricular e o suporte institucional necessário para que a inclusão seja efetiva. Superar essas barreiras requer uma abordagem integrada, na qual políticas públicas, investimentos em infraestrutura e a valorização do profissional docente caminhem juntos para promover uma educação realmente inclusiva, capaz de respeitar a diversidade e garantir o direito de aprendizagem a todos os estudantes.

DIMENSÕES SOCIAIS E CULTURAIS

A educação de pessoas com deficiência auditiva enfrenta desafios que ultrapassam as barreiras físicas e pedagógicas, envolvendo profundamente questões socioculturais. Entre os principais obstáculos estão as concepções equivocadas sobre a surdez, que muitas vezes é tratada apenas como uma “deficiência” a ser corrigida, seguindo uma perspectiva clínica.

Segundo Strobel (2017), essa visão reduz a surdez a um problema médico, desconsiderando a riqueza cultural, linguística e social da comunidade surda. A falta de valorização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da cultura surda limita a autonomia, a autoestima e o protagonismo desses estudantes no ambiente escolar, impactando diretamente sua experiência educacional e social.

Nesse sentido, Freire (1996, p. 43) lembra que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, destacando que a construção do conhecimento ocorre na relação com o outro, o que reforça a importância de ambientes escolares que respeitem a diversidade linguística e cultural presente entre estudantes surdos.





Estudos etnográficos conduzidos por Quadros (2019) evidenciam que muitos alunos surdos enfrentam isolamento social dentro das escolas públicas brasileiras, sentindo dificuldade em interagir tanto com colegas ouvintes quanto com professores. Esse fenômeno se intensifica na adolescência, período em que questões identitárias e de pertencimento social ganham maior relevância. Em muitos casos, a ausência de estratégias pedagógicas inclusivas e de comunicação adequada leva à marginalização desses estudantes, criando um ambiente escolar marcado por frustração e exclusão.

Apesar desses desafios, algumas escolas vêm implementando boas práticas que promovem a inclusão e a valorização da cultura surda. Por exemplo, instituições que oferecem turmas bilíngues, com professores capacitados em Libras e o apoio de intérpretes qualificados, têm observado melhora significativa na participação e no desempenho acadêmico dos alunos surdos.

Ademais, atividades que incentivam a interação entre alunos surdos e ouvintes, como projetos de arte, teatro, música e esportes adaptados, contribuem para reduzir o isolamento social e fortalecer o senso de pertencimento.

Outras estratégias eficazes incluem a capacitação contínua dos professores para o uso de metodologias inclusivas e a promoção de oficinas sobre cultura surda e Libras para toda a comunidade escolar. Essas ações não apenas ampliam as habilidades pedagógicas dos docentes, mas também sensibilizam os colegas ouvintes, favorecendo um ambiente de respeito e valorização da diversidade. A presença de materiais didáticos acessíveis, tecnologia assistiva e recursos visuais complementares também desempenha papel fundamental, proporcionando condições mais equitativas de aprendizagem e estimulando a participação ativa de todos os estudantes.

Além do ambiente escolar, é importante considerar o papel da família e da comunidade na promoção da inclusão. A colaboração entre escola, familiares e associações de surdos fortalece a construção de uma identidade positiva e ajuda a combater estereótipos e preconceitos que ainda permeiam a sociedade. Esse apoio integrado contribui para que os alunos surdos se sintam valorizados, motivados e capazes de alcançar seu potencial acadêmico e social.





Portanto, superar os desafios socioculturais na educação de pessoas surdas exige uma abordagem ampla e integrada, que combine políticas públicas inclusivas, capacitação docente, recursos pedagógicos apropriados, valorização da cultura surda e criação de ambientes sociais acolhedores. Quando essas dimensões são articuladas de forma consistente, é possível garantir uma educação verdadeiramente inclusiva, na qual a diversidade linguística e cultural seja reconhecida como um recurso enriquecedor, e não como um obstáculo.

POLÍTICAS PÚBLICAS E SEUS DESAFIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Brasil possui um conjunto relativamente abrangente de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva, incluindo legislações específicas, programas nacionais e diretrizes pedagógicas que buscam garantir o direito à educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas.

No entanto, a efetivação dessas políticas enfrenta desafios significativos, especialmente quando se trata da educação de alunos surdos. Pesquisa realizada por Pereira e Goulart (2020) revelou que apenas 43% dos municípios brasileiros possuem um plano local de educação que contemple, de forma consistente e detalhada, ações específicas voltadas para estudantes surdos. Este dado evidencia que a existência formal de políticas nem sempre se traduz em práticas efetivas e consistentes no cotidiano escolar.

Um dos principais entraves à implementação das políticas públicas é a descontinuidade administrativa e a instabilidade de recursos. Programas importantes, como o "Educação Inclusiva: Direito à Diversidade", lançado em 2003 com o objetivo de promover práticas inclusivas em todo o país, sofreram ao longo dos anos cortes financeiros e perda de prioridade política.

Essas mudanças impactam diretamente a qualidade do ensino e a sustentabilidade de iniciativas que dependem de investimentos contínuos, como a formação continuada de professores, a disponibilização de materiais pedagógicos acessíveis e a contratação de profissionais especializados, incluindo intérpretes de Libras.





Além disso, a capacitação docente, que é fundamental para garantir uma educação inclusiva efetiva, muitas vezes é negligenciada pelos gestores públicos, conforme apontam as diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Embora a formação inicial de professores aborde conceitos de inclusão, a falta de programas consistentes de formação continuada impede que os docentes atualizem suas práticas pedagógicas, aprendam novas metodologias e se adaptem às demandas específicas de estudantes surdos. Essa lacuna resulta em um atendimento educacional especializado que ainda carece de qualidade e profundidade, perpetuando desigualdades dentro das salas de aula.

Outro desafio relevante refere-se à coordenação entre esferas federal, estadual e municipal. Políticas públicas eficazes dependem de articulação entre diferentes níveis de governo, algo que nem sempre ocorre de maneira organizada. Em muitos municípios, a ausência de planejamento integrado ou a falta de fiscalização dificultam a implementação de programas e ações inclusivas, tornando a educação inclusiva um direito garantido apenas no papel, mas nem sempre na prática.

Apesar dessas dificuldades, há exemplos de municípios e estados que têm desenvolvido estratégias eficazes para superar os desafios da implementação. Alguns locais investem em programas contínuos de capacitação de professores, promovem oficinas de Libras, garantem a disponibilização de materiais didáticos acessíveis e desenvolvem projetos pedagógicos bilíngues que fortalecem o protagonismo dos alunos surdos. Tais iniciativas demonstram que, quando há comprometimento político, planejamento estratégico e recursos adequados, é possível transformar as políticas públicas em ações concretas e de impacto positivo para a educação inclusiva.

Portanto, os desafios da implementação de políticas públicas para a educação de alunos surdos envolvem fatores financeiros, administrativos, políticos e pedagógicos. Superá-los exige não apenas a criação de legislações e programas, mas também o compromisso contínuo de gestores, educadores e da sociedade em garantir que cada estudante tenha acesso a uma





educação de qualidade, respeitando suas necessidades, sua identidade cultural e linguística e promovendo efetivamente a inclusão social e acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste estudo evidencia que, embora o Brasil tenha avançado significativamente na construção de um arcabouço legal destinado a garantir os direitos educacionais das pessoas com deficiência auditiva, a implementação efetiva dessas políticas ainda enfrenta desafios complexos e persistentes.

Apesar de legislações como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e programas nacionais de educação inclusiva fornecerem diretrizes claras para a promoção de igualdade de oportunidades, a realidade cotidiana nas escolas públicas revela lacunas importantes que comprometem a plena acessibilidade e participação desses estudantes.

Entre os principais obstáculos identificados, destacam-se a formação docente insuficiente para lidar com as demandas específicas dos alunos surdos, a infraestrutura escolar inadequada, a escassez de recursos tecnológicos e assistivos e as dificuldades relacionadas à gestão e à continuidade das políticas públicas. Essas barreiras, muitas vezes interligadas, limitam não apenas o desempenho acadêmico dos estudantes surdos, mas também seu protagonismo social e cultural dentro do ambiente escolar. A falta de capacitação prática, aliada à ausência de materiais pedagógicos acessíveis, evidencia a distância entre o arcabouço legal e a prática educativa efetiva.

A superação desses desafios requer uma articulação mais profunda entre as diferentes esferas governamentais, as instituições de ensino, as famílias e a comunidade surda. A cooperação entre esses atores é fundamental para o desenvolvimento de soluções contextualizadas, que considerem as especificidades regionais e as demandas individuais de cada estudante. Investimentos contínuos em formação docente, programas de atualização pedagógica e capacitação em Libras emergem como elementos centrais para garantir uma educação de qualidade. Da mesma forma, a ampliação de escolas-polo especializadas e a produção de materiais di-





dáticos bilíngues e acessíveis se mostram essenciais para criar ambientes de aprendizagem inclusivos e estimulantes.

Além disso, este estudo ressalta a importância de políticas públicas que não se limitem a ações pontuais, mas que sejam planejadas de forma sustentável, garantindo recursos e continuidade ao longo do tempo.

Por fim, recomenda-se a realização de estudos longitudinais que acompanhem a trajetória educacional dos estudantes surdos no sistema público, permitindo não apenas avaliar o impacto das políticas implementadas, mas também identificar necessidades específicas em diferentes contextos regionais. Essas pesquisas são fundamentais para subsidiar decisões estratégicas, promover a inovação pedagógica e assegurar que a inclusão educacional seja uma prática contínua e efetiva, e não apenas uma obrigação legal.

Assim, embora os desafios permaneçam significativos, os avanços já alcançados e os exemplos de boas práticas demonstram que é possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de respeitar a diversidade, valorizar a identidade cultural dos alunos surdos e oferecer oportunidades reais de aprendizado e desenvolvimento integral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Edição revista e ampliada. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da *Educação Inclusiva*. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 22 fev. 2026.

FLORIANÓPOLIS. Secretaria Municipal de Educação. *Relatório de Avaliação do Projeto Escolas-Polo para Surdos 2012-2021*. Florianópolis: SME, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Revista *OWL Journal*, Campina Grande - PB, v.4 n.3 (2026) - ISSN 2965-2634

A Revista *OWL Journal* está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição (CC BY)





GOTTI, M. *Formação de professores para a educação de surdos: desafios e perspectivas*. 2. ed. São Paulo: Penso, 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

LACERDA, C.; SANTOS, L. *Escolarização de alunos com surdez*. São Paulo: Biruta, 2018.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, R. *Educação inclusiva e desigualdades regionais*. Tese (Doutorado em Educação) - Unicamp, Campinas, 2022.

OLIVEIRA, J. *Tecnologias assistivas na escola pública*. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFMG, Belo Horizonte, 2021.

PEREIRA, M.; GOULART, F. *Políticas públicas para educação de surdos*. Revista Educação Especial, v.33, p.1-20, 2020.

QUADROS, R. *Cultura surda e educação*. 3. ed. Curitiba: UFPR, 2019.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual da Educação. *Projeto Surdo que Ouve: relatório de impacto 2023*. São Paulo: SEE, 2023.

SOUZA, R.; et al. *Adaptação curricular para alunos surdos*. Educação em Revista, v.35, p.1-25, 2019.

STROBEL, K. *História da educação de surdos*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2017.

Recebido em: 04/03/2026

Aprovado em: 17/03/2026

Publicado em: 01/04/2026

